

PLANEJAMENTO DE CONSUMO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RECÔNCAVO / BAHIA / BRASIL

Data de aceite: 01/12/2023

Anderson Pinheiro dos Santos

Josemare Pereira dos Santos Pinheiro

INTRODUÇÃO

A prática das relações comerciais é bastante antiga, e dá origem aos mercados relacionados a mecanismos de troca de bens e serviços entre indivíduo (cidadão) e empresa (prestador de serviço). Ao longo do tempo, modelos obsoletos foram perdendo espaço para uma dinâmica mercadológica que exige, cada vez mais, a autonomia do indivíduo para tomada de decisão nas relações comerciais.

Nesse contexto, surge à expansão de modelos de sociedades que definem o capital como elemento fundante nas relações socioeconômicas, por consequência, ocorre o fomento de ideias de produtividade e a inserção de novos padrões de consumo. Portanto, tratar de educação financeira, propósito basilar desse estudo, é reforçar o pensamento de que o cidadão, quando bem instruído,

pode ser o principal responsável pelo planejamento de consumo, inclusive não sucumbindo às estratégias consumistas exacerbadas que retroalimentam a sustentação dos princípios capitalistas.

Nessa perspectiva, mesmo tardiamente, o Brasil começa a pensar e agir sobre a importância da educação financeira para a estabilidade socioeconômica. Em 2007, o Banco Central do Brasil (BCB), através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), divulga o primeiro resultado oficial dos estudos sobre Educação Financeira no país, demonstrando haver discrepância entre a percepção de matemática financeira para jovens que participaram de iniciativas para tal abordagem e jovens que não participam de iniciativas.

Ressalta-se que tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei 4.915 de 2016. O mesmo tem como objetivo a inclusão do consumo e educação financeira como temas integrantes dos componentes curriculares nos diversos níveis de educação básica (BRASIL, 2016).

Não se pode deixar de destacar que, no Brasil, o modelo de gestão que fomenta práticas de educação financeira como meta para possível crescimento econômico é o mesmo que estimula o crédito sem precedentes. Algumas orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial defendem posicionamentos neste cerne, através de acordos internacionais, que exigem a máxima disseminação de orientações que auxiliem o consumidor para as práticas de consumo. Instruções essas que estimulem as tomadas de decisões mais favoráveis em nível de educação financeira. Porém, essas são constantemente confrontadas com as práticas de especulações financeiras e pelas estratégias de promoções, que têm conduzido ao consumismo desenfreado.

Neste contexto, o problema da pesquisa assim se configurou: Como são realizadas as principais operações financeiras relativas a consumo da população cachoeirana? Propõe-se, como objetivo geral, analisar como ocorrem as principais operações financeiras de consumo praticadas por pessoas físicas de Cachoeira-BA. Especificamente, buscou-se mapear as principais operações financeiras de consumo praticadas pela população cachoeirana constituinte do estudo e verificar o nível de compreensão sobre as operações financeiras de consumo dos participantes da pesquisa.

O estudo surge da necessidade em enfatizar a importância das discussões da Educação Financeira, algo que pouco se tem discutido no campo da cientificidade brasileira. Outra condição importante para realização da pesquisa é reforçar o exercício da cidadania, uma vez que a mesma poderá auxiliar as pessoas a compreenderem o mercado financeiro, possibilitando a capacidade de distinguir entre produtos e serviços e quando consumir, na perspectiva de uma boa saúde financeira.

Salienta-se que nações que se importam em um elevado nível com a Educação Financeira, são as que lideram o *ranking* para os índices de crescimento e desenvolvimento econômico, demonstrando que possíveis decisões pessoais podem impactar no contexto macroeconômico (REIS, 2017).

Definiu-se a cidade de Cachoeira-BA como *locus* da pesquisa, tendo a mesma como perspectiva para o fomento da dinâmica da estruturação dos aspectos socioeconômicos regionais. A atual situação econômica de Cachoeira representa uma dicotomia em que o comércio (bens ou serviços) afirma-se como uma das principais fontes per capita para o fomento do crescimento socioeconômico, mas, ao mesmo tempo, este comércio é prejudicado pelos elevados índices de inadimplência e endividamento.

Ao comparar a atual situação de desenvolvimento de Cachoeira e a sua representatividade no cenário histórico nacional (Cidade Monumento Nacional), revela-se a importância do estudo, no sentido de incrementar novos parâmetros para a economia local/regional e, possivelmente, promover avanços consideráveis na qualidade de vida das pessoas. Destaca-se que Cachoeira, em período histórico remoto, teve importância central para o país, mas, hoje, se encontra em estagnação econômica.

Segundo Brasil (2010), balizado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o comprometimento da renda das famílias (pagamento de altas taxas de juros e pagamento de várias prestações) pode consolidar-se como um dos fatores que dificulta a dinâmica do desenvolvimento local e regional, tendo em vista que o endividamento familiar no Brasil poderá validar ou não o crescimento e o desenvolvimento econômico. Contudo, os equívocos na gestão das finanças pessoais comprometem não só a renda, mas também diminuem a qualidade de produção, reduzem o potencial de consumo e alteram comportamentos psíquicos dos indivíduos endividados, por consequência afeta a qualidade de vida das pessoas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A cada dia vem se tornando mais frequente a investigação de temas relacionados ao estudo da sociedade, como se faz nessa pesquisa. A seção que se inicia trata da relação entre o cidadão e os aspectos socioeconômicos, a partir das definições da abordagem sobre o contexto da educação financeira para planejamento de consumo: finanças comportamentais e finanças pessoais.

Segundo as recomendações da *Organization for Economic Cooperation and Development* - OECD publicadas em 2005, a educação financeira é o processo pelo qual o cidadão melhora a sua compreensão de conceitos teórico-práticos sobre produtos financeiros, através de informações que orientem o desenvolvimento de habilidades para tomadas de decisões com menos riscos financeiros, a fim de promover ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção (OECD, 2009). Essa recomendação contempla a resolução 39/248 de 16 de abril de 1985 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo adequar os desequilíbrios entre os consumidores e os aspectos econômicos, níveis educacionais e poder aquisitivo (ONU, 1985).

Com base nos dados mundiais sobre educação financeira, 35% dos homens e 30% das mulheres possuem nível satisfatório sobre a temática. Em nível de Brasil, 35% dos cidadãos possuem um nível satisfatório sobre a temática, o que lhe configura 74º colocação no *ranking* em educação financeira, numa lista de 144 países (CURY, 2015).

O Brasil apresenta-se diante de um cenário de evolução para inserção da educação financeira, no tocante ao desenvolvimento econômico. Apoiado por iniciativas do Banco Mundial, o Banco Central do Brasil outorga o Decreto Lei 7.397/2010 que institucionaliza a ENEF (iniciativas de educação financeira desenvolvidas para a instrução do cidadão brasileiro) como parâmetro legal para Educação Financeira no Brasil (BRASIL, 2010). Salienta-se que, essas iniciativas creditam também ao país o primeiro lugar nos critérios para solicitação de adesão para participar da OECD.

Ao ressaltar a importância das relações financeiras no cotidiano, Bigode (2013) enfatiza que, no contexto contemporâneo, é muito comum um cidadão, ao completar a

idade adulta, ter que utilizar os conceitos de matemática para tomar decisões em atividades cotidianas que envolvem finanças.

Assim, a necessidade de se fazer escolhas é uma prática comum para as relações da sociedade contemporânea. Desse modo, é relevante o ato de decidir sobre alternativas, em optar ou renunciar por algum propósito. Ao descrever a prática da tomada de decisão, Abramczuk (2009) corrobora dizendo que são situações de interesse particular de um indivíduo, o qual realiza escolhas adequadas para um determinado propósito, não tomando com base em propósitos alheios.

Dentre as possibilidades para a tomada de decisão, está o contexto das finanças de pessoas físicas. Ainda para Abramczuk (2009), a dinâmica do contexto social exige, a cada dia, pessoas providas de racionalidade. Indivíduos que saibam calcular, pensar e tomar decisões. Então, diante da dinâmica do crescimento e do desenvolvimento econômico, sendo o cidadão o principal agente das transformações dos estratos sociais, é salutar a discussão sobre as finanças comportamentais e finanças pessoais.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Não há evidências, através de dados, que exista relação direta entre a capacidade econômica do indivíduo e o ato de administrar os próprios recursos financeiros, ou seja, o poder aquisitivo ser considerado como fator diferencial no processo da gestão das finanças. Porém, a dificuldade da gestão das finanças pode possuir relação emocional ou racional. Nessa perspectiva, estudos explicitam as diferenças dos planos mencionados.

Para Carmo (2005), a finança comportamental objetiva esclarecer como psicologia e economia atuam no processo decisório no ambiente das finanças. Nesta linha, Bugarin (2013) afirma que os contextos das finanças comportamentais são oriundos dos estudos de Kahneman e Tversky (1979)¹, sobre a relação da psicologia humana e tomada de decisões em situações de riscos.

Segundo estudos do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), o descontrole para o ato da compra está relacionado a um transtorno chamado onimania, que deriva dos termos gregos *oné* (a compra, a aquisição) e *mania* (a insânia, a fúria).

Abordar esse plano das finanças é provocar reflexões sobre como atitudes comportamentais são influenciadas pelo sentido emocional do indivíduo. Mesmo entendendo que o sentido racional é o parâmetro consciente para possíveis práticas das relações financeiras, ou até mesmo, o ponto de equilíbrio entre a saúde financeira e a qualidade de vida do cidadão.

1 O surgimento do estudo denominado Finanças Comportamentais possui origem nos pensamentos de dois psicólogos israelenses, Daniel *Kahneman* e Amos *Tversky* em 1979, por meio de um trabalho intitulado Teoria do Prospecto. A mesma faz crítica ao modelo normativo de tomada de decisões denominado Teoria da Utilidade Esperada (TUE). Neste as pessoas tomam decisões totalmente racionais, são avessas ao risco e visam maximizar a utilidade. Porém, tomando como base em testes empíricos, os estudos em Finanças Comportamentais contestam essas afirmações (ARRUDA, 2006).

No constructo da cientificidade não é tão simples definir o conceito para qualidade de vida. Porém, quando se trata de saúde financeira como indicador de qualidade de vida é facilmente explicado, pois, os desconfortos financeiros impactarão o comportamento do indivíduo quanto à relação familiar e também no meio o qual está inserido.

Para Wisniewski (2011), a ausência da saúde financeira pode agregar desconfortos sobre a qualidade de vida dos consumidores. As dívidas geram estresse, insônia, depressão, problemas familiares e outros desequilíbrios sociais. Além de, por consequência, afetar o desempenho do indivíduo no seu setor de trabalho.

Outro fator que está correlacionado aos aspectos emocionais é que o consumo exagerado pode também impactar negativamente os índices de sustentabilidade, pois, a compra sem precedentes altera possíveis estratégias de gestão dos recursos renováveis ou, até mesmo, pode provocar danos ambientais no momento do descarte do volume de bens. Campani (2014), afirma que entender as formas de consumo é também realizar um estudo sobre o comportamento social, pois o ato de consumir não deve ser meramente adquirir um produto, mas buscar compreender as relações de sustentabilidade para aquisição do mesmo, algo que, na maioria das vezes, não é analisado pelo comprador.

Para Zanirato e Rotondaro (2016), o emocional influencia o desejo de consumir, o que implica na existência de modelos sociais que definem o descartável como moda, consequentemente, amplia a produção do desperdício e o desrespeito para as questões ambientais.

Ao comprar de forma consciente e inteligente, o indivíduo tem maiores chances de alcançar o que para ele é importante e também cumprir a sua cidadania para as questões ambientais. Assim como, proporcionar um estilo de vida tranquila e estável sem endividamento constante, que na maioria das vezes, é o principal responsável por tirar a tranquilidade das pessoas (RENNÓ, 2016). Então, entende-se que as disfunções comportamentais podem influenciar as finanças pessoais, podendo dificultar o alcance dos objetivos de vida das pessoas e, consequentemente, promover desajustes socioeconômicos

FINANÇAS PESSOAIS

Os reflexos de uma crise econômica ou um elevado nível de dinheiro não traduzem a mudança de atitudes e comportamentos por parte do cidadão. Portanto, somente sua autonomia e capacidade de tomar decisões adequadas refletirão o seu nível de educação financeira. A mesma pode ser considerada como importante complemento de conduta do mercado e da regulamentação prudencial, o que, possivelmente, pode redefinir comportamentos financeiros individuais, uma das prioridades das políticas de longo prazo adotadas por muitos países (OECD, 2013).

Wisniewski (2011), afirma que os dois grandes desafios da gestão das finanças pessoais são: o controle do consumismo e o fomento do hábito de poupar. Amorim (2014)

corroborar ao definir que a educação financeira deve ser alicerçada diante a uma postura crítica, na qual permita a plena existência da cidadania, pois o mínimo amparo sobre o conhecimento financeiro garantiria a redução nos equívocos para poupar, para o consumo ou, até mesmo, para reivindicar possíveis objeções.

Mesmo tardiamente, no Brasil, são visíveis os avanços sobre as estratégias do Estado e da sociedade, no tocante a necessidade de instruir o cidadão para melhor atuar no meio financeiro. De acordo com dados do Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira (MNIEF) (2018), apurado pela ENEF, 1300 iniciativas são registradas em todo o Brasil, sendo que 50% são de iniciativa pública, e as demais divididas entre iniciativas privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e cooperativas (ENEF, 2018).

São válidas as iniciativas de políticas públicas que buscam a promoção da educação financeira, no sentido de contribuir para o fortalecimento da cidadania e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como forma de contemplar possíveis avanços de crescimento e desenvolvimento econômico. Embora considerando que o Estado é o principal responsável por legitimar ações que regulamentam o mercado financeiro de concessões de créditos disponibilizados pelas instituições financeiras.

Para Bugarin (2013), programas para alfabetizar a população em finanças pessoais em países ocidentais é algo estabelecido desde a década de 1990. Outros países foram proativos para entenderem a importância da educação financeira para o contexto socioeconômico.

O cidadão possui necessidades que muitas vezes não são compatíveis com a sua situação econômica. Sendo assim, busca acesso ao crédito como forma de satisfação dos desejos, porém, muitas vezes, não possui racionalidade para planejar financeiramente a tomada de decisão executada. Para Chiavenato (2011), planejar consiste na tomada prévia de decisões acerca do que se deseja alcançar.

Pesquisas realizadas no ano de 2018 no Brasil, afirmam que 69,8% dos entrevistados, no período de um ano, não pagaram a conta ou pagaram depois do prazo de vencimento. Destes, 55,9% não pagaram por não possuir dinheiro, dando ênfase as classes C e D. Em contrapartida, 29,1% afirmaram pagar as contas em dia neste período, tendo como destaque as classes A e B (SPC/CNDL, 2018b).

Os dados demonstram que o poder aquisitivo possui relação muito próxima com a capacidade de solvência no prazo de vigência de determinado passivo financeiro das pessoas físicas. Portanto, ressalta a importância do planejamento financeiro para tomada de decisão acerca do consumo, principalmente em situações de baixa capacidade de solvência financeira.

De acordo comparativo internacional apresentado sobre o endividamento da família no 4º trimestre do ano de 2016, o Brasil ocupava a 8ª posição para o endividamento familiar, quando comparado com alguns países como: Dinamarca, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos, França, Alemanha e Itália (BITTENCOURT, 2017).

Reafirmando a colocação do Brasil para o endividamento familiar, de acordo dados da CNC (2018), identifica-se que, 64,7% das famílias brasileiras possuía um comprometimento com dívidas inferior a um ano, tendo um tempo médio de 6,9 meses de comprometimento.

Essa colocação demonstra um perfil estável. Porém, salienta-se que o tipo de dívida da família brasileira é caracterizada com liquidez de curto a médio prazo, o que difere de grandes economias que são identificadas com dívidas de liquidez de longo prazo. Salienta-se que, apesar de um curto prazo para solvência das dívidas, essas impactam diretamente no âmbito econômico, pois consistem na retração do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução da caderneta de poupança, implicando em desajustes para a adequação de políticas de desenvolvimento e em altos níveis de endividamento familiar.

Neste contexto, destaca-se a necessidade da educação financeira como ação imprescindível, pois, ainda são elevados os índices de inadimplência em algumas nações. Portanto, em todo o mundo ainda são fragilizados os resultados da educação financeira, demonstrando que é salutar um incremento maior de políticas públicas.

Em dezembro de 2017, o percentual total de endividamento da família brasileira configurava-se em torno de 59,8%, sendo que 9,2% não apresentarão condições mínimas para liquidez da dívida (SPC/CNDL, 2018a). Esses dados demonstram que ainda é elevado o percentual de famílias endividadas no Brasil, o que ratifica a presença das fragilidades existentes na aplicabilidade das políticas públicas voltadas a educação financeira, no sentido de atingir os pontos críticos. Portanto, demonstra a necessidade de iniciativas de educação financeira que estejam ao alcance de todos que apresentam limitações neste sentido.

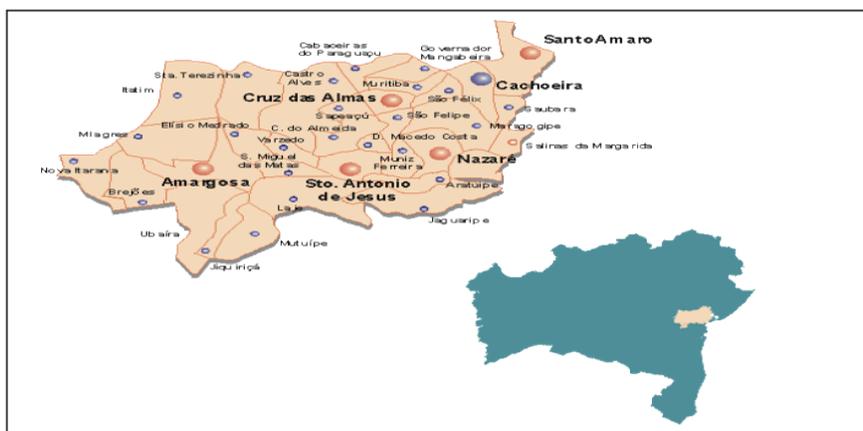
Na perspectiva de alcance, então, de uma sólida proposição de educação financeira, foi traçado um percurso metodológico, que a seguir se descreve.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é classificado como uma pesquisa aplicada. Quanto à abordagem metodológica, caracteriza-se por ser um estudo quali-quantitativo, de caráter descritivo, cujo delineamento foi definido sobre alguns procedimentos: levantamento bibliográfico e pesquisa de campo.

O *locus* da pesquisa é a cidade de Cachoeira, que situa-se a 110 km da capital do estado da Bahia, no Recôncavo Sul, possuindo as seguintes coordenadas geográficas - Latitude: 12°35'21" Sul, Longitude: 38°58'9" Oeste, como ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Localização geográfica do Recôncavo da Bahia



Fonte: SEI, 2018.

Fundada no século XVI com a categoria de freguesia, logo mais tarde, pela sua relevância no cenário econômico, em 1868, eleva-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu. Hoje, por representar significativa posição histórica no contexto nacional, no dia 25 de junho de todo ano, recebe o título de “capital do Estado da Bahia” - Lei: 10.695/07.

Os avanços das políticas para o desenvolvimento regional configuraram-se como ápice para o declínio hegemônico da cidade de Cachoeira-BA. A substituição do transporte náutico pelo transporte ferroviário e a construção de rodovias promulgaram efeitos de estagnação para o município. São raras as heranças que afirmam efeitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Ressalta-se que os setores de serviço, comércio e indústria, destacam-se como eixos motrizes para o fomento do crescimento e do desenvolvimento econômico do município na atualidade. De acordo o Censo demográfico de 2010, Cachoeira-BA se encontrava com uma população estimada de 33.567 pessoas para o ano de 2010 (IBGE, 2010).

Os participantes do respectivo estudo são cidadãos que residem na cidade de Cachoeira, organizados em três categoriais: a) aqueles que fazem uso do conhecimento de matemática financeira de forma empírica no seu cotidiano; b) os que possuem nível de formação que exige de médio a elevado conhecimento teórico e; c) os que, no processo de formação profissional inicial, tiveram a matemática financeira como conteúdo curricular. Assim, compõem, respectivamente, amostra do estudo: 98 feirantes e vendedores ambulantes; 110 professores da rede municipal de ensino e 26 egressos do Ensino Superior dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, representando 30% de cada população estudada.

Além destes, também 2 gestores de instituições financeiras e 12 gestores de casas comerciais de médio e pequeno porte da cidade de Cachoeira fizeram parte da pesquisa, visando o conhecimento sobre as principais operações financeiras realizadas pelos cachoeiranos, esses quantitativos representam 30% das populações estudadas. Como já pontuado nesse estudo, ser o comércio o segmento de preponderância no aspecto econômico do município.

Os métodos utilizados para o tratamento das informações foram: análise textual discursiva e métodos estatísticos. O primeiro analisou os relatos discorridos nas entrevistas semiestruturadas, além de correlacionar possíveis variáveis questionadas aos cidadãos participantes com relatos dos gestores. O segundo método trata de realizar a avaliação qualitativa pela interpretação dos desvios (Δ) dos demais questionamentos realizados aos demais participantes da pesquisa, considerando os aspectos de intensidade e sentido vetorial.

A partir da articulação dos dados coletados pelos instrumentos mencionados e suas decorrentes análises, foi possível problematizar e discutir questões que se expressam na seção que segue na forma de resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são explicitados os resultados advindos da pesquisa de campo, a qual demonstra as diferentes percepções sobre educação financeira e o nível de compreensão sobre as principais operações financeiras realizadas por pessoas físicas, além de possíveis correlações com a literatura científica e a literatura empírica, que serviram como base para a sustentação teórica deste estudo. Para tanto, o mesmo está organizado a partir de três participações distintas: feirantes e vendedores ambulantes, professores da Rede Municipal de Ensino e egressos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Educação financeira: percepções sobre o planejamento de consumo

De início, interessou conhecer o entendimento dos participantes da pesquisa sobre planejamento de consumo, preponderantemente: tipos de operações de consumo, o que leva em conta para consumir e o conhecimento sobre instruções financeiras que auxiliam o planejamento financeiro para consumo, como registrado na tabela 1.

Tabela 1- Caracterização do consumo

QUESTIONAMENTOS	FEIRANTES (%)	PROFESSORES (%)	EGRESSOS (%)
Operação financeira de consumo			
À vista	45 (45,92)	0 (00,00)	0 (00,00)
Cartão de Crédito	35 (35,71)	105 (95,45)	20 (76,92)
Outras formas	18 (18,37)	5 (04,55)	6 (23,08)
Tomada de decisão para o consumo			
Facilidade para pagar	19 (19,39)	33 (30,00)	9 (34,62)
Fico confuso (a)	0 (00,00)	4 (03,64)	1 (03,85)
Utilizo conceitos financeiros	0 (00,00)	11 (10,00)	7 (26,92)
Satisfaço o meu desejo	12 (12,24)	25 (22,73)	1 (03,85)
Compro o planejado	67 (68,37)	37 (33,64)	8 (30,77)
Instrução financeira para o planejamento de consumo			
Não conheço nenhuma	95 (96,94)	67 (60,91)	10 (39,46)
Conheço pelo menos uma	3 (03,06)	47 (39,09)	16 (61,54)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Verifica-se, a partir dos dados postos na tabela 1, que o cartão de crédito é para professores (95,0%) e egressos (73,08%), a principal forma de financiar o consumo. Tal fato pode-se atribuir a predominância já apontada em resultados de pesquisas nacionais por utilização dos cartões de crédito no pagamento de compras diversas. Isto também pode ser explicado pela assertiva de Assaf Neto (2011), quando define que a predominância da utilização deste produto financeiro se dá por conta da adequação de prazos para solvência das dívidas. Entende-se que, as categorias citadas, apresentam um rendimento mensal com prazos preestabelecidos de recebimento.

Por outro lado, para feirantes e vendedores ambulantes, assume a segunda colocação, com 35,71%, posicionando-se abaixo do pagamento à vista (45,92%). O mesmo pode ser justificado pela característica específica de rendimento mensal desta categoria, que não possui salário estipulado e também não possui prazo preestabelecido de recebimento.

Em relação à tomada de decisão para realização das operações de consumo, a compra planejada foi mais expressiva para os feirantes e vendedores ambulantes, que admitem realizar compras de forma à vista, tendo uma baixa considerável nas categorias de professores e egressos, que realizam, de forma expressiva, as operações de consumo com o cartão de crédito. Portanto, em relação ao risco para altas taxas de juros, aqueles que realizam compras com cartão de crédito estarão, em maior constância, necessitando do uso de critérios de racionalidade. Para Abramzuck (2009), o risco propõe utilização de critérios racionais para a melhor tomada de decisão.

Quanto ao não conhecimento de instruções financeiras para operações de consumo, detecta-se a maior prevalência entre professores e feirantes. Contraindo com estes dados, o mesmo não ocorreu com egressos, pois 61,54% deles admitem conhecer algum tipo de instrução financeira, o que pode ser explicado pelo conhecimento adquirido em disciplinas que fazem parte do currículo das respectivas formações.

Outros aspectos pesquisados inerentes ao planejamento de consumo foram: instrução financeira utilizada para planejar o consumo, atual situação financeira e qual fator evidencia o endividamento familiar, representados na tabela 2.

Tabela 2 - Perfil de planejamento financeiro

QUESTIONAMENTOS	FEIRANTES (%)	PROFESSORES (%)	EGRESSOS (%)
Utilização de instrução financeira para planejamento			
Organizo mentalmente	51 (52,04)	42 (38,18)	7 (26,92)
Não organizo	2 (2,04)	0 (00,00)	0 (00,00)
Caderneta de anotações	45 (45,92)	68 (61,82)	18 (69,23)
Planilhas ou softwares	0 (00,00)	0 (00,00)	1 (03,85)
Atual situação financeira			
Não consegue pagar as contas	4 (04,08)	0 (00,00)	0 (00,00)
Paga as contas fora do prazo	24 (24,49)	15 (13,64)	1 (03,85)
Paga as contas e não poupa	47 (47,96)	62 (56,36)	19 (73,08)
Paga as contas e poupa	23 (23,47)	33 (30,00)	6 (23,08)
Percepções sobre o endividamento familiar			
Poder aquisitivo	28 (28,58)	26 (23,91)	3 (15,38)
Falta de planejamento	48 (48,98)	44 (40,00)	14 (53,85)
Consumo Exagerado	12 (12,24)	30 (27,27)	6 (23,08)
Dificuldade com conceitos	10 (10,20)	10 (09,09)	3 (15,38)
Financeiro			

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ainda no conjunto de questionamentos relativos à educação financeira, houve o conhecimento sobre a atual situação financeira, dentro destas, especificamente o planejamento para gastos mensais e a percepção sobre o endividamento da família. Verifica-se, tabela 2, que a utilização da caderneta de anotações e o planejamento mental foram critérios mais identificados no quesito organização dos gastos mensais para as três categorias estudadas.

A situação identificada provoca um questionamento, pois apesar dos egressos estarem habilitados a utilização de critérios mais condizentes com a formação, como planilhas e *softwares*, os mesmos não utilizam na sua vida cotidiana para o planejamento das finanças pessoais. Chiavenato (2011), afirma que planejar é minimizar os equívocos, através de tomadas de decisões prévias para o que se deseja alcançar.

Ao se tratar da atual situação financeira da família, é relevante o percentual dos cidadãos que pagam as contas e não possuem reservas para as categorias de feirantes, professores e egressos, o que pode implicar em baixos níveis de abertura de poupança, consequentemente impactar negativamente nos índices econômicos para as políticas de desenvolvimento. Evidencia-se o fato de que, mesmo sendo a categoria dos egressos a de maior conhecimento sobre instruções financeiras, ainda sim apresenta um baixo percentual de indivíduos que possuem uma reserva no seu planejamento de consumo. Há de se considerar também, que a função do alto custo de vida, de um modo geral, os ganhos financeiros das famílias, muitas vezes, são suficientes na medida de manutenção da sobrevivência, sem sobras para qualquer tipo de reserva.

Portanto, esses dados podem refletir os expressivos percentuais de falta de planejamento financeiro para as categorias, como também de incapacidade financeira para reserva/poupança por conta de baixo rendimento. Wisniewski (2011), afirma que o consumo de forma consciente e o ato de poupar são os dois grandes desafios a serem atingidos, no que se refere à gestão de finanças de pessoas físicas.

Para o gestor de pessoas físicas de uma das agências bancárias da cidade de Cachoeira, a falta de planejamento financeiro pode elevar o grau de endividamento e por consequência as famílias passarão a consumir, apenas, para satisfazer as necessidades básicas. Concordando com o pensamento, um dos gestores do segmento de eletrodomésticos e móveis, afirma que a falta de planejamento financeiro provoca o endividamento da população, sendo assim as pessoas deixam de realizar compras, o que afeta a dinâmica do comércio para alguns segmentos, no caso aqueles que não são de necessidades básicas.

Os gestores de casas comerciais e instituições financeiras, em quase sua totalidade, afirmaram que a população cachoeirana não demonstra possuir um planejamento para consumo. Este relato é confirmado (tabela 2), pois, em média, 55,7% das categorias pesquisadas admitem tomar decisão para a realização do consumo sem um planejamento prévio.

Outro aspecto importante que busca referência em dados nacionais publicados por SPC/CNDL (2018b) é que, o elevado nível de inadimplência nas classes C e D. Não foi diferente dos resultados obtidos neste estudo, posto que, na categoria dos feirantes, é relevante o percentual de pessoas de baixo poder aquisitivo que admitem ser endividadas por questões do rendimento mensal, o que pode demonstrar a importância do planejamento de consumo como ferramenta que equaciona o desejo de aquisição dos bens/serviços e o poder aquisitivo.

Em vista de verificar a percepção dos participantes quanto ao significado do consumo para a qualidade de vida, foi identificado que não estar endividado é um dos indicadores expressivo para o sentido de viver bem para as três categorias pesquisadas. Os resultados obtidos contemplam a ideia essencial de Rennó (2016), no que diz respeito à saúde financeira ser um dos principais indicadores de qualidade de vida.

Portanto, ao retratar-se da saúde financeira, é salutar também evidenciar a importância da racionalidade para executar algumas operações financeiras de consumo.

CONHECIMENTO SOBRE A DINÂMICA DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DE PESSOAS FÍSICAS

O referente estudo buscou também verificar o nível de compreensão sobre operações financeiras dos participantes do estudo. Ao descrever o perfil sobre o conhecimento da categoria dos feirantes e vendedores ambulantes (tabela 3), a mesma apresenta-se diante de um perfil de compreensão de regular para ruim, com elevada tendência para insatisfatório, se considerado o Grau de Compreensão Relativa (GCR). Demonstram possuir um maior grau dificuldade quando questionados sobre os conhecimentos relacionados às operações de taxa de cartão de crédito (1º), taxa de cheque especial (1º), multa sobre atraso (2º), financiamentos (3º) e sistemas de amortização (4º), o que pode também justificar o elevado percentual de consumo, na forma à vista, realizado por essa categoria.

Tabela 3 - Dinâmica sobre a compreensão das operações financeiras dos feirantes e vendedores ambulantes

Questionamento	GCR	(0)	(-)	Compreensão intermediária	(+)	Δ
1º	3	16	40	30	12	- 28
2º	3	56	19	12	11	- 08
3º	2	27	37	21	13	- 24
4º	2	36	35	21	06	- 29
5º	3	05	19	36	38	+ 19
6º	3	12	25	33	28	+ 03
7º	3	01	14	42	26	+ 27

GCR – Grau de Compreensão Relativa; 0 – Desconhece o questionado; 1 – Péssimo; 2 - Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – excelente; (-) = 1 + 3; (+) = 4 + 5; Δ - Delta qualitativo[(+) – (-)].

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A dificuldade com esses tipos de operações pode distanciar a categoria para utilização de serviços financeiros que possuem relação com tais operações. De acordo com Abramaczuk (2009), o uso da racionalidade para tomada de decisão é uma das exigências do contexto social.

Por outro lado, quando questionada sobre o nível de compreensão das operações financeiras que envolvem conceitos básicos de porcentagem (5º) (7º) e juros (6º), a mesma apresenta um grau de compreensão um pouco mais elevado. Isso pode ser justificado pela adequação dos conceitos nas operações de compra e venda de mercadorias, o que demonstra alguns sinais de uma aprendizagem tácita para a compreensão da lógica de entendimento dessas operações financeiras.

A segunda categoria (tabela 4) apresenta tendência de compreensão de regular para bom, com ênfase para regular, quando avaliada pelo GCR. Ao verificar a compreensão sobre operações financeiras que utilizam conceitos básicos de porcentagem (1º) (8º) e juros (6º), a mesma demonstra possuir um elevado nível de compreensão. Porém, apresenta uma redução de intensidade positiva, ao avaliar o sentido de intensidade vetorial sobre a compreensão de operações financeiras relacionadas à taxa efetiva (2º), mora/multa (3º), série de pagamentos (4º), sistemas de amortização (5º), capitalização (7º) e custo efetivo total (9º). Ainda, apresenta uma elevada média percentual de 23,17% para o desconhecimento das operações financeiras citadas

Tabela 4 - Dinâmica sobre a compreensão das operações financeiras dos professores

Questionamento	GCR	(0)	(-)	Compreensão intermediária	(+)	Δ
1º	4	05	09	37	59	+ 50
2º	3	15	23	31	42	+ 19
3º	3	09	27	32	42	+ 15
4º	3	26	16	21	47	+ 31
5º	3	25	22	30	33	+ 13
6º	3	08	14	37	51	+ 37
7º	3	23	22	37	28	+ 06
8º	3	05	11	33	61	+ 50
9º	4	28	17	31	34	+ 17

GCR – Grau de Compreensão Relativa; 0 – Desconhece o questionado; 1 – Pêssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Excelente; (-) = 1 + 2; (+) = 4 + 5; Δ - Delta qualitativo [(+) - (-)].

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nesse cerne, surge a necessidade de algumas políticas públicas voltadas a minimizar tais dificuldades encontradas por essa categoria, através de cursos de capacitação voltados à educação financeira para docência do ensino básico. Portanto, é por estes fatores e outros já mencionados que, o Brasil se configura com o índice populacional inferior a 50% para o entendimento sobre a temática da educação financeira (CURY, 2015).

A terceira categoria (tabela 5) são aqueles que na sua formação tiveram as disciplinas curriculares voltadas ao conhecimento específico de matemática financeira. A mesma quando avaliada pelo GCR demonstra possuir um grau de compreensão satisfatório. Porém, apesar da categoria apresentar uma formação mais próxima dos conceitos de operações financeiras, verifica uma baixa considerável de sentido vetorial, quando questionada sobre a taxa efetiva (2º), sistemas de amortização (5º), capitalização (7º) e custo efetivo total (9º), demonstrando que ainda existem lacunas de compreensão.

Tabela 5 - Dinâmica sobre a compreensão das operações financeiras dos egressos de Administração e Ciências Contábeis

Questionamento	GCR	(0)	(-)	Compreensão intermediária	(+)	Δ
1º	4	0	00	04	22	+ 22
2º	4	2	04	06	14	+ 10
3º	4	0	01	05	20	+ 19
4º	4	0	01	07	18	+ 17
5º	4	0	03	08	15	+ 12
6º	4	0	00	02	24	+ 24
7º	4	1	05	06	14	+ 09
8º	4	0	01	02	23	+ 22
9º	3	0	05	10	11	+ 06

GCR - Grau de Compreensão Relativa; 0 – Desconhece o questionado; 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Excelente; (-) = 1 + 2; (+) = 4 + 5; Δ - Delta qualitativo = [(+) - (-)].

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A categoria apresenta um perfil que, mesmo demonstrando limitações em questionamentos mais específicos da matemática financeira, possivelmente, pode alicerçar uma postura crítica para a compreensão da lógica do mercado financeiro. Segundo Amorim (2014), conhecimento sobre questões financeiras permite a existência da cidadania, pois o cidadão tem a possibilidade de reduzir equívocos no momento de poupar, no consumo ou até mesmo para discordar situações financeiras preestabelecidas por instituições credoras.

Em termos gerais, é perceptível a necessidade de uma iniciativa de educação financeira, que possibilite promoção da cidadania e, em decorrência, fortalecimento do comércio local. Para a gestora do segmento de magazine, uma iniciativa de promoção a educação financeira contribuiria para diminuir o endividamento de uma parcela da população, principalmente aqueles que não têm noção da lógica do mercado financeiro para operações financeiras de consumo e planejamento de consumo, de modo que organizaria o crescimento da economia local e possivelmente traduziria em melhores perspectivas para qualidade de vida e possíveis avanços para a sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo surge da inquietação sobre questões atreladas a reestruturação socioeconômica, em vista de padrões que fomentem o crescimento e o desenvolvimento econômico, através de parâmetros que vislumbrem a sustentabilidade. Portanto, o principal objetivo foi identificar como ocorrem as principais operações financeiras que dão base ao consumo de pessoas físicas.

Entende-se que educação financeira pode ser um dos principais indicadores que baliza a reestruturação socioeconômica, pois, ao utilizar os conceitos sobre finanças

comportamentais e pessoais, o cidadão promove um modelo de cidadania que qualifica não somente a sua vida, mas, também, toda sociedade na qual está inserido.

No desenvolvimento do estudo, vários foram os aportes científicos e empíricos que serviram de base para uma análise mais precisa dos resultados advindos da pesquisa. Assim, o mesmo buscou correlacionar essas referências aos dados encontrados no *lôcus* da pesquisa.

De início, traçou-se o perfil de educação financeira dos participantes do estudo, através de suas respectivas percepções para o planejamento de consumo. Então, verificou-se que a categoria de feirantes e vendedores ambulantes apresenta um modelo de aquisição de bens e serviços, na sua maioria, de forma à vista, tendo um planejamento financeiro baseado na quantidade de ganho que possui momentaneamente, o que pode estabelecer uma dificuldade em poupar ou até mesmo em projetar possíveis alcances de objetivos de vida.

Por não conhecer instruções mais atualizadas para o planejamento de gastos, ainda utiliza de instruções financeiras tradicionais, como a memorização e a anotação em caderneta. A categoria apresenta um percentual reduzido de endividamento e, de forma considerável, afirma a saúde financeira como um dos indicadores para qualidade de vida.

Quanto à dinâmica para a compreensão das operações que dão base ao consumo, a categoria apresenta um grau de compreensão que demonstra ter adquirido a partir das relações comerciais, quando questionada sobre algumas operações mais elementares. Porém, quando questionada sobre operações financeiras direcionadas ao contexto mais restrito das instituições financeiras, apresenta limitações de compreensão ou, até mesmo, não conhece sobre o questionado.

A categoria dos professores demonstra um perfil de aquisição de consumo de forma a prazo, tendo o cartão de crédito como o principal serviço financeiro para o financiamento dos prazos. A mesma apresenta uma dificuldade para organização dos gastos, não possui, na sua maioria, compreensão sobre algum tipo de instrução financeira que auxilie as melhores tomadas de decisão para a utilização desse tipo de serviço, além de não apresentar um perfil para poupar, mesmo tendo seus rendimentos de ganhos preestabelecidos. Algo que coloca a categoria em contradição, pois, a mesma define a saúde financeira como um dos indicadores para qualidade de vida.

Retratando-se da dinâmica para a compreensão das operações financeiras de consumo, demonstra possuir um grau satisfatório para a compreensão das operações básicas. Por outro lado, nos questionamentos sobre operações financeiras estabelecidas por instituições financeiras, demonstra possuir dificuldade de compreensão ou de conhecimento sobre as cláusulas vigentes nos serviços oferecidos, inferindo a ideia de que o serviço pode estar sendo utilizado sem embasamento racional.

A categoria dos egressos apresenta uma predominância para o uso do cartão de crédito na realização das operações financeiras de consumo. Afirma, consideravelmente,

que o planejamento financeiro é fator preponderante para os elevados índices de endividamento, porém, mesmo conhecendo as instruções financeiras mais atualizadas, ainda utiliza da caderneta de anotações para gestão das finanças pessoais. Entretanto, não apresenta indícios de endividamento, admite que uma confortável situação financeira seja um dos parâmetros de qualidade de vida.

Averiguando-se a compreensão sobre a dinâmica das operações financeiras de pessoas físicas, demonstra possuir elevada compreensão para operações básicas. Porém, nos quesitos sobre operações financeiras mais complexas, ocorre uma baixa em relação à compreensão, o que explicita a ideia de uma melhor adequação entre conceito e prática cotidiana, pois apesar de possuir uma formação apta para tais conhecimentos, a mesma apresenta algum tipo de dificuldade.

Elucidam-se os relatos proferidos por gestores de casas comerciais e de instituições financeiras, pois, os mesmos também serviram como referências para determinar o possível planejamento de consumo da população estudada, além de justificar a importância da educação financeira como um dos parâmetros para a reestruturação socioeconômica.

O mais importante na realização desse estudo foi à definição do perfil de educação financeira da população estudada, tendo como base as principais operações financeiras de consumo das pessoas físicas e o nível de compreensão sobre tais operações, propondo possíveis reestruturações. Salienta-se que, o aprimoramento dessas operações financeiras pode reestruturar o perfil de consumo dos cidadãos, no sentido de promulgar avanços no hábito de consumo, retomada de crédito e possíveis investimentos, o que pode impactar em novas características econômicas para o território em questão, resultando em nova dinâmica socioespacial. Enfim, não se tem a pretensão de contemplar todas as inquietações explicitadas no universo científico aqui estudado, mesmo porque, novos estudos podem ser realizados com a intenção de propor iniciativas que preencham as lacunas ainda não alcançadas por esse estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMCZUK, André A. **A Prática da tomada de decisão**. São Paulo: Atlas, 2009.

AMORIM, Cristiano Marcell Isquierdo de. **Matemática Financeira** - Abordagem voltada para a cidadania. Rio de Janeiro: INMP, 2014.

ARRUDA, Paula Baggio. **Uma investigação sobre o efeito disposição**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/3CCF/20090719013210.pdf>. Acesso em: julho, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. -10ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

BIGODE, Antônio José Lopes. **Matemática**. São Paulo, Editora Scipione, 1ª edição, 2013.

BITTENCOURT, Viviane Seda. Para onde vai o endividamento das famílias? **Blog do IBRE**. 11 ago. 2017. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/para-onde-vai-o-endividamento-das-familias>. Acesso em: julho, 2018.

BUGARIN, Rodolfo J. A. **O Nível De Educação Financeira Traz Um Comportamento e Resultados Diferentes?** / Rodolfo José de Araujo Bugarin; orientador: Dra. Regina Madalozzo – São Paulo: Insper, 2013.

BRASIL. Presidência da República, decreto nº 7.397, de dezembro de 2010. **ENEF- Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Art. 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: julho, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados, estabelecido pelo Projeto de Lei nº 4.915, de abril de 2016. **Inclusão da Educação Financeira no Ensino Básico**. Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=01B94CA1940797C251481F91D09470F2.proposicoesWeb1?codteor=1449953&filename=Avulso+-PL+4915/2016. Acesso em: agosto, 2018.

CAMPANI, Michele Mucio. **Consumo da sustentabilidade: a mercantilização da crise ambiental e a apropriação do discurso ecológico**. 2014. 131 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/123762>. Acesso em: abril, 2019.

CARMO, Leonardo Correa. **Finanças comportamentais: uma análise das diferenças de comportamento entre investidores institucionais e individuais**. 2005, 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COMPRA compulsiva. **Agência USP de Notícias**. 1 jun 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=210506>. Acesso em: julho, 2018.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017**. 15 jan. 2018. Disponível em: <http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2017>. Acesso em : fevereiro, 2019.

CORRAR, L.J.; PAULO,E.; DIAS FILHO,J.M. **Análise Multivariada para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. ATLAS, 2009.

CURY, Jordana. Economia & Negócios: Barsil é o 74º em ranking global de educação financeira. **cidadeverde.com**. 19 nov. 2015. Disponível em: <https://cidadeverde.com/economiaenegocios/73120/brasil-e-o-74-em-ranking-global-de-educacao-financiera>. Acesso em: julho, 2018.

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Mapeamento Nacional 2018: 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento>. Acesso em: agosto, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.Censo Demográfico(2010). **Cidades e Estados: População estimada de Cachoeira-BA para 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/cachoeira.html>. Acesso em: agosto, 2018.

LISTA COM os 33 municípios do Recôncavo baiano. **Mídia Recôncavo**. 11 de março de 2008. Disponível em: <https://www.midiareconcavo.com.br/noticia/1017/lista-com-os-33-municipios-do-reconcavo-baiano>. Acesso em: abril, 2018.

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Project on Financial Education**. Paris, 2009. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Finl_Ed_for_Youth_and_in_Schools.pdf. Acesso em: agosto, 2018.

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Avançando Estratégias Nacionais para Educação Financeira**. Rússia, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>. Acesso em: junho, 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Resolução 39/248, de 16 de abril de 1985**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/resolu%C3%A7%C3%A3o-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-onu-n%C2%BA-39248-de-16-de-abril-de-1985-em-ingl%C3%AAs>. Acesso em: agosto, 2018.

REIS, Tiago. Educação financeira: 5 dicas para melhorar suas finanças. **Suno Research**. 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/educacao-financeira/>. Acesso em: julho, 2018.

RENNÓ, Joel. Transtornos mentais e suas diferenças entre homens e mulheres. **Estadão**. 27 jan. 2016. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/joel-renno/crise-economica-agrava-casos-de-ansiedade-e-depressao>. Acesso em: agosto, 2018.

SPC/CNDL – Sistema de Proteção ao Crédito / Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL**. Jul. 2018. Disponível em: http://Users/Familia/Downloads/analise_indicador_inadimplencia_julho_2018-1.pdf. Acesso em: agosto, 2018.

SPC/CNDL – Sistema de Proteção ao Crédito / Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Inadimplentes brasileiros 2018: perfil e comportamento frente às dívidas**. Ago. 2018. Disponível em: [https://Users/Familia/Downloads/analise_perfil_inadimplente_2018%20\(3\).pdf](https://Users/Familia/Downloads/analise_perfil_inadimplente_2018%20(3).pdf). Acesso em: junho, 2019.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. – **Revista Intersaberes** - V.6., N. 11, 2011. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32/17>. Acesso em: outubro, 2017.

ZANIRATO, Sílvia Helena; ROTONDARO, Tatiana. **Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade**. *Estud. av.* [online]. 2016, vol.30, n.88, pp.77-92. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880007>. Acesso em: março, 2019.